



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2013
Trabalho infantil
Setembro de 2014

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)**
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto

**Coordenação de Biblioteca e
Documentação (Cobi)**
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

**Coordenação de Disseminação de
Informações (Codin)**
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1
(2014 -). — Salvador : SEI, 2014.

v.2
n.1
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

RESULTADOS DA PNAD 2013 – TRABALHO INFANTIL

APRESENTAÇÃO

Este boletim dá continuidade às investigações temáticas iniciadas pela SEI em 2012, a partir da construção de indicadores com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro de 2014, o IBGE disponibilizou os microdados da PNAD 2013. Na divulgação dos resultados de 2012 para o Estado da Bahia, o recorte adotado foi o período 2006 a 2012, portanto, para os resultados de 2013, o comparativo será 2007 a 2013, preservando 6 anos de análise e desconsiderando apenas variações entre um ano e outro, uma vez que a PNAD não se trata de uma pesquisa conjuntural, mas sua vantagem está na captação de transformações de cunho mais estrutural, portanto observadas num espaço de tempo mais relevante. Este número investiga o tema trabalho infantil na Bahia, sendo que a SEI irá lançar, ainda, os boletins referentes aos temas educação, condições de moradia, rendimento e mercado de trabalho.

TRABALHO INFANTIL NA BAHIA NO PERÍODO 2007-2013

A Constituição Federal de 1988 admite o trabalho a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima permitida é a de 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos, mas somente na condição de aprendiz. A partir da PNAD, não é possível aferir com precisão se a população de 14 a 17 anos ocupada está em condições divergentes das previstas por lei. Para o grupo de 5 a 13 anos, qualquer forma de trabalho é classificada como inadequada.

O questionário da PNAD avalia o grupo de 5 a 9 anos num bloco especial sobre trabalho infantil, pois somente a partir dos 10 anos o entrevistado responde às questões mais amplas referentes a mercado de trabalho. Esta é a idade a partir da qual a pessoa já pode ser classificada como economicamente ativa se trabalhou ou buscou trabalho na semana de referência da pesquisa.

Apesar de o estado da Bahia apresentar um quantitativo elevado de crianças em situação de trabalho, entre 2007 e 2013, o trabalho infantil declina de forma acentuada no estado, o que significa que as políticas de combate ao trabalho infantil estão revelando-se eficazes. Outros efeitos que contribuem para a redução do trabalho infantil, inclusive nas faixas etárias mais altas, podem ser elencados: 1) os ganhos reais de rendimento das populações mais pobres ajudam a retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho; 2) a diminuição da razão de dependência de jovens diminui a necessidade nas famílias de realização de trabalho por adolescentes. Segundo a PNAD, em 2013, na Bahia, 291.238 pessoas entre 5 e 17 anos exerceram algum trabalho na semana de referência da pesquisa. Isso representa uma redução de 185 mil pessoas, neste recorte de idade, em condição de trabalho em relação a 2007. Considerando-se

aquelas entre 5 e 15 anos, foram retiradas do trabalho infantil 149 mil crianças. A tabela abaixo sintetiza os resultados:

Tabela 1
Trabalho infantil por faixa etária – Bahia – 2007/2013

Faixa etária	População total		População em situação de trabalho		População em situação de trabalho (%)					
	2007	2013	2007	2013	Total		Urbano		Rural	
					2007	2013	2007	2013	2007	2013
5 a 9 anos	1.381.168	1.270.775	26.522	5.083	1,9	0,4	0,8	0,1	5,3	2,4
10 a 13 anos	1.180.128	1.108.467	134.034	55.899	11,4	5,0	5,7	2,8	20,1	12,2
14 a 15 anos	597.278	547.375	133.866	84.388	22,4	15,4	14,5	10,1	37,4	28,0
16 a 17 anos	531.370	564.181	182.195	145.868	34,3	25,9	29,3	25,7	59,9	37,2
5 a 17 anos	3.689.944	3.490.798	476.617	291.238	12,9	8,3	8,6	6,6	23,3	15,5

Fonte: IBGE–PNAD. Elaborado pela SEI.

A população baiana de 5 a 9 anos, segundo a PNAD, era de 1.270.775 em 2013. Destes, 5.083 trabalharam na semana de referência da pesquisa (0,4%). Entre 2007 e 2013 houve uma queda na proporção de crianças de 5 a 9 anos trabalhando no estado, da ordem de 81%, e, para a faixa dos 10 aos 13, uma redução de 58%, com a proporção de ocupação dessa faixa etária passando de 11,4% em 2007 para 5% em 2013. Isso significa uma redução de 21 mil crianças de 5 a 9 anos, e de 78 mil crianças de 10 a 13 anos em trabalho precoce. Portanto, considerando-se a população de 5 a 13 anos, a redução foi de aproximadamente 100 mil crianças em trabalho infantil.

Para a faixa etária que compreende os 14 e 15 anos, verifica-se uma redução de 37% na proporção de crianças em situação de trabalho, sendo 84.388 ocupadas, o equivalente a 15,4% da população dessa faixa etária, não sendo possível determinar qual a proporção destas que são menores aprendizes. Em termos absolutos, são 49.478 adolescentes de 14 e 15 anos a menos em situação de trabalho em 2013 em relação a 2007. Considerando-se a população de 16 e 17 anos, observa-se um contingente de 145.868 ocupados em 2013, o equivalente a 25,9% da população dessa faixa etária. Em relação a 2007 a redução foi de 36 mil ocupados.

Nas zonas urbanas do estado, a erradicação do trabalho para crianças de 5 a 9 anos está próximo, restando ainda, em 2013, 0,1% de crianças desta faixa etária em situação de trabalho. A redução se dá inclusive na zona rural, onde o trabalho infantil é mais presente, com o indicador declinando de 5,3% para 2,4% entre 2007 e 2013 para o grupo de 5 a 9 anos, e de 20,1% para 12,2% na faixa dos 10 aos 13 anos de idade. Para estas faixas, qualquer forma de trabalho é considerada inadequada. Para o grupo de 14 e 15 anos pode haver menores aprendizes ou estagiários, assim como o grupo de 16 e 17 anos de idade, sendo que neste grupo já é possível ter carteira assinada. Portanto, para os jovens de 14 a 17 anos foram realizadas desagregações por posição na ocupação.

Tabela 2
Distribuição dos jovens de 14 e 15 anos ocupados, por posição na ocupação – Bahia – 2007/2013

Posição na ocupação	Total		Urbano		Rural	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Emprego sem carteira assinada	24,9	37,1	39,3	59,3	12,6	16,1
Não remunerado	44,9	20,6	25,5	6,2	61,5	34,2
Trabalhador na produção para o próprio consumo	12,5	20,2	3,7	0,0	20,2	39,4
Trabalhador doméstico	5,5	8,6	10,2	12,1	1,4	5,1
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	1,3	0,4	2,6	0,0	0,0
Conta própria	12,0	12,3	20,9	19,9	4,3	5,1

Fonte: IBGE–PNAD. Elaborado pela SEI.

Em 2007, a maior parte das crianças estava inserida no mercado de trabalho como *não remunerada* (44,9%). Entre 2007 e 2013, a redução de jovens de 14 e 15 anos presentes no mercado de trabalho acontece de forma mais intensa nas formas mais precárias de trabalho, de modo que em 2013 a categoria que prevalece como forma de inserção no mercado de trabalho neste grupo etário corresponde ao *emprego sem carteira assinada* (37,1%), principalmente devido a sua elevada participação na zona urbana (59,3%). Neste grupo, parte encontra-se sob formas de trabalho legal, ou seja, como estagiário de nível médio ou como menor aprendiz. Contudo, as diferenças entre as características de trabalho nas zonas rural e urbana são bastante acentuadas: entre os jovens ocupados de 14 e 15 anos no meio rural, observa-se que a maior parte era *não remunerada*, proporção que caiu de 61,5% em 2007 para 34,2% em 2013. Da mesma forma, os trabalhadores *sem carteira de trabalho assinada* declinam de 12,6% para 16,1% no período. Os ocupados na *produção para o próprio consumo* aumentaram a participação de 20,2% para 39,4%. Diferentemente do meio rural, os trabalhadores de 14 e 15 anos do meio urbano estavam, em 2013, em sua maioria, *empregados sem carteira de trabalho assinada*.

Entre os 564 mil jovens baianos de 16 e 17 anos, 25,9% estavam trabalhando em 2013, aproximadamente 146 mil pessoas. Em 2007, este número estava em 182 mil e representava 34,3% da população nesta faixa etária. Ressalte-se que a Constituição admite o trabalho a partir dos 16 anos, desde que não seja trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nestes casos a idade mínima é de 18 anos.

A maioria dos jovens de 16 e 17 anos está inserida no mercado de trabalho como *empregados sem carteira de trabalho assinada* (43,8%), categoria que pode abarcar estagiários e menores aprendizes. Os *empregados com carteira assinada*, nesta faixa etária, apresentaram um crescimento entre 2007 e 2013, tendo a participação crescido de 2,5% para 4,4%.

Tabela 3
Distribuição dos jovens de 16 e 17 anos ocupados, por posição na ocupação – Bahia – 2007/2013

Posição na ocupação	Total		Urbano		Rural	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Emprego com carteira assinada	2,5	4,4	4,6	7,5	0,0	0,0
Emprego sem carteira assinada	34,9	43,8	42,5	53,6	25,8	30,2
Não remunerado	34,7	16,8	21,1	10,2	51,3	26,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	6,7	12,2	1,3	1,7	13,2	26,7
Conta própria	10,6	10,6	15,4	13,0	4,7	7,3
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	10,5	11,8	15,0	13,2	5,0	9,7
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,4	0,2	0,8	0,0	0,0

Fonte: IBGE–PNAD. Elaborado pela SEI.

Dentre os trabalhadores de 16 e 17 anos do meio rural, 51,3% não era remunerado em 2007, ao passo que em 2013 esse percentual passou para 26%. Já os *trabalhadores sem carteira assinada* ampliaram a participação de 25,8% em 2007 para 30,2% em 2013. Houve aumento na porção de *trabalhadores domésticos sem carteira assinada*, que passou de 5% para 9,7% no período. Já a participação de ocupados de 16 e 17 anos na *produção para o próprio consumo* no meio rural aumentou de 13,2% para 26,7% nos seis anos de análise.

Entre os jovens trabalhadores de 16 e 17 anos da zona urbana baiana, os *empregados sem carteira assinada* tiveram um salto de 42,5% para 53,6% entre 2007 e 2013. Os *trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho*, de 16 e 17 anos, da zona urbana diminuíram a participação de 15% para 13,2% no período.

Os números apresentados revelam que, apesar de ainda possuir um elevado contingente de crianças em trabalho infantil, a Bahia, entre 2007 e 2013, apresentou uma robusta redução da ocupação na infância. Isto é reflexo de mudanças demográficas, elevações

de rendimento e, principalmente, de políticas públicas efetivas. Os reflexos da mudança constatada recaem sobre o mercado de trabalho e também sobre os índices de escolarização. Portanto, esta análise não pode estar dissociada dos outros temas a serem abordados nas próximas notas técnicas sobre os resultados da PNAD.



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento